

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 862.499 - AC  
(2016/0021265-8)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : UNIÃO  
AGRAVADO : RODOLFO BADER - ESPÓLIO  
AGRAVADO : LETICIA TORRES DE BADER - ESPÓLIO  
REPR. POR : TOUFIC BADER - INVENTARIANTE  
ADVOGADOS : LUCILIA VILLANOVA E OUTRO(S) - MG062263B  
NATALINA MARTINS DOS SANTOS - RO002038  
JERSEY PACHECO NUNES - AC000130  
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA  
AGRÁRIA

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. INDEVIDA EXTINÇÃO DO FEITO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, COM BASE SOMENTE NA SUPOSTA NECESSIDADE DE DEFINIÇÃO DA TITULARIDADE DOS IMÓVEIS. QUESTÃO SECUNDÁRIA E MARGINAL QUE TERIA ESPAÇO SOMENTE EM AÇÃO JUDICIAL PRÓPRIA, DE NATUREZA PRIVADA, SEM INTERESSE DA UNIÃO OU DO INCRA NA SUA RESOLUÇÃO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA DE QUE A POSSE DE BOA-FÉ, POR SI SÓ, DEVE SER OBJETO DE INDENIZAÇÃO, DIANTE DA EXPROPRIAÇÃO DA ÁREA ATÉ ENTÃO OCUPADA. PRECEDENTES: AGINT NO ARESP 870.755/RJ, REL. MIN. ASSUSETE MAGALHÃES, DJE 16.11.2018; AGRG NO ARESP 761.207/RJ, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJE 29.4.2016; AGRG NO ARESP 19.966/SP, REL. MIN. ELIANA CALMON, DJE 19.6.2013. DECISÃO AGRAVADA RECONSIDERADA. RECURSO ESPECIAL DO ESPÓLIO-AUTOR PROVIDO, DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS AO DOUTO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, PARA A APRECIÇÃO DO PLEITO INDENIZATÓRIO, PELO SEU MÉRITO, COMO ENTENDER DE JUSTIÇA.*

1. Trata-se de Agravo Interno interposto pela UNIÃO FEDERAL contra decisão monocrática de minha lavra, proferida com a seguinte ementa:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO*

*TRIBUNAL A QUO SOBRE QUESTÃO RELEVANTE AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA, PERTINENTE À PROVA DO DOMÍNIO DO IMÓVEL, EM AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA DETERMINAR A REMESSA DOS AUTOS À ORIGEM E A CONSEQUENTE APRECIACÃO DO PONTO OMITIDO INDICADO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO LÁ OPOSTOS.*

2. Alega a embargante UNIÃO FEDERAL que o tema apontado como omitido foi suficientemente apreciado pela Corte de origem, transcrevendo trecho que, a seu ver, demonstraria o adequado enfrentamento da tese relativa ao domínio do imóvel.

3. Impugnação às fls. 1.491/1.500.

4. É o relatório.

5. Após melhor exame, verifica-se a **desnecessidade** de retorno dos autos à origem para a apreciação do tema apontado como omitido nos Embargos de Declaração. Analisando mais detidamente o feito, nota-se que a prestação jurisdicional efetivou-se de maneira a não impedir a completa compreensão da controvérsia nesta seara recursal, razão pela qual **reconsidero a decisão de fls. 1.439/1.443**. Passa-se, com isso, ao julgamento do mérito do Recurso Especial, **dando-se por prejudicado o Agravo Interno da UNIÃO FEDERAL**.

6. Na ocasião da formulação das razões do seu Apelo Nobre, o espólio-recorrente apontou contrariedade aos arts. 1.245, §§ 1o. e 2o., e 1.145, § 2o. do Código Civil, bem como ao art. 252 da Lei 6.015/1973, sustentando a ilegalidade da invalidação de registro imobiliário **sem impugnação à sua validade ou cancelamento da matrícula**, com fundamento **apenas** em averbação de cessão de direitos hereditários que não teria se concretizado. Desse modo, seria o recorrente **parte legítima** para promover a presente ação de desapropriação indireta. Aduz não haver dúvida sobre a **efetiva propriedade do bem**, apontando que **quem figura no registro imobiliário como adquirente de um imóvel** detém o direito de ser seu legítimo proprietário, **mormente não havendo qualquer discussão ou oposição de terceiros a esse respeito**. Ou seja, a força probante do registro imobiliário é plena e só pode ser

desconstituída em ação própria.

7. Defendeu, ainda, que caberia **ao suposto prejudicado, até agora ignoto nos autos**, provar a invalidade do registro, no caso os ditos cessionários, o que não teria ocorrido até agora, apontando o julgamento do REsp. 990.507/DF, representativo de controvérsia, para fazer valer a prevalência do registro imobiliário.

8. Tem-se, na origem, processo de Ação de Indenização por Desapropriação Indireta de imóveis rurais, feito esse que se encontra obstaculizado pelas instâncias ordinárias **em razão da suposta dúvida acerca da titularidade da propriedade do bem.**

9. Ocorre que, ao contrário do que compreendeu a egrégia Corte de origem, sendo objeto da presente ação **apenas a indenização devida pela desapropriação indireta do bem imóvel**, eventual dúvida acerca da efetiva propriedade da área não é circunstância impeditiva à indenização patrimonial do **detentor da posse da gleba expropriada**, à época da ocupação do bem; essa questão, **se vier a ser proposta**, deve ser resolvida em ação própria, *inter partes*, haja vista o desinteresse da UNIÃO FEDERAL, ou do INCRA, nessa questão. Essa é uma controvérsia que, se for aforada, deve ser solucionada fora do processo expropriatório, que tem objeto específico.

10. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, **deve ser assegurada, ao expropriado possuidor, a indenização pela perda da posse.** A respeito do tema, colhem-se diversos precedentes, dentre os quais os seguintes:

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. INDENIZAÇÃO PELA POSSE DO TERRENO. CABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73. II. Na origem, trata-se de*

*Ação de Desapropriação, ajuizada pela parte agravante em face da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Tenda dos Milagres, sob o fundamento de que o bem descrito na inicial fora declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, com objetivo de realização das obras para a implantação do Arco Metropolitando do Rio de Janeiro. O acórdão do Tribunal de origem reformou, em parte, a sentença, que julgara procedente o pedido, apenas para incluir, na indenização, o valor de R\$ 8.343,00, referente à perda da posse do terreno, acrescido de correção monetária, a contar da data do laudo de avaliação até a data do efetivo pagamento.*

(...).

**IV. Na forma da jurisprudência do STJ, deve ser assegurada, ao expropriado possuidor, a indenização pela perda do direito possessório.** Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 761.207/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/04/2016; AgRg no AREsp 19.966/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/06/2013. Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência sedimentada nesta Corte, merece ser mantida a decisão ora agravada, em face do disposto no enunciado da Súmula 568 do STJ.

**V. Agravo interno improvido** (AgInt no AREsp. 870.755/RJ, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 16.11.2018).

2 2 2

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE FATO NOVO EM AGRAVO REGIMENTAL. INOVAÇÃO RECURSAL E PRECLUSÃO. NÃO CABIMENTO. DESAPROPRIAÇÃO. POSSE. INDENIZAÇÃO AO DETENTOR DA POSSE. POSSIBILIDADE. ART. 34 DO DECRETO-LEI 3.365/41. NÃO VIOLAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. CONFIGURADO O DOMÍNIO DA PROPRIEDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.**

1. "Incabível a inovação recursal em Agravo Regimental com base em fato novo. Precedentes do STJ" (AgRg no Ag 1.424.188/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 23/02/2012.).

2. O Tribunal a quo fixou entendimento consonante esta Corte, porquanto **a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente ao assegurar ao possuidor a indenização pela perda do direito possessório.** A exigência do art. 34 do Decreto-Lei 3.365/41 impõe-se quando há dúvida sobre o domínio decorrente de disputa quanto à titularidade do bem.

(...).

**Agravo regimental improvido** (AgRg no AREsp. 761.207/RJ, Rel.

Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 29.4.2016).

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE. DESAPROPRIAÇÃO DA POSSE. LEVANTAMENTO DO PREÇO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA PROPRIEDADE. PRECEDENTES.*

*1. É firme a jurisprudência deste Corte quanto à possibilidade de o expropriado que detém apenas a posse do imóvel receber a correspondente indenização, não sendo o caso de aplicação do art. 34 do Decreto-Lei 3.365/41.*

*2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp. 19.966/SP, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 19.6.2013).*

11. Nesse contexto, independentemente de eventual questionamento futuro acerca da propriedade da área, certo é que, com fundamento na posse, **já é devida a indenização pugnada na exordial**, pelo que se revela inadequada a extinção do processo com fundamento no art. 267, IV, do Código Buzaid. **Frise-se que, ao possuidor de boa-fé, é devida a indenização derivada da expropriação, se revelando secundária e marginal a discussão acerca da titularidade dos imóveis, que poderá ser agitada em outro processo, no entanto.**

12. Ante o exposto, **reconsidero a decisão** de fls. 1.439/1.443, para dar provimento ao Recurso Especial do Espólio-autor, **afastando a extinção do feito sem julgamento do mérito**, determinando o retorno do processo ao digno Juízo de Primeiro Grau, para a análise do pedido indenizatório fulcrado na posse dos imóveis, e do respectivo registro imobiliário que se encontra nos autos, **decidindo-o pelo seu mérito**, como for de justiça.

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 07 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

